

36.º Encontro Anual da ANPOCS

GT 07: Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição

Representações do urbano na Baixada Fluminense na era dos grandes projetos
(versão preliminar)

Edson Miagusko

Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Introdução

Há pouco mais de um ano, o prefeito Eduardo Paes (PMDB), ao responder aos jornalistas sobre a vinda de indústrias para o Rio de Janeiro, fez a seguinte afirmação: “Para a cidade, eu não quero aquelas indústrias de São Paulo. Se quiser levar para a Baixada [Fluminense], leve. Não espere de mim nenhum incentivo para trazer aquelas indústrias. Acho que não é a vocação do Rio” (Valor Econômico, 2010).

A resposta do prefeito buscava se diferenciar do governador Sérgio Cabral (PMDB) em relação à atração de indústrias para o Rio de Janeiro. Não se questionava a busca de investimentos para o Estado, no entanto, a vocação da capital seria outra, a de cidade de serviços e turismo mais adequada aos valores intangíveis agregados à chegada dos grandes eventos esportivos. Assim, indústrias pesadas e poluentes deveriam ir para outras regiões do Estado, tais como a Baixada Fluminense.

Apesar do pouco impacto e repercussão da resposta do prefeito, ela demonstrava uma alteração de percepção, mesmo que continuasse marcada por uma visão negativa da Baixada como o lugar onde se deposita aquilo que não se quer do Rio de Janeiro. Na década anterior, a fala ressaltaria as carências sociais, a violência dos grupos de extermínio e as altas taxas de homicídios. Alves (2003: 15) cita a história de uma deputada federal do Rio que ao comentar a chacina na favela de Vigário Geral, em 1993, lamentou pelo rádio a tragédia ocorrida naquela “favela da Baixada Fluminense” (sic), cometendo o ato falho de localizar o bairro carioca da zona norte fora das fronteiras do Rio de Janeiro.

O que se passou entre uma época e outra? Por que se modificaram as representações sobre a Baixada Fluminense no decorrer dos últimos anos? Não apenas pesquisadores apontam essa mudança de percepção¹, como a própria mídia e o público mais amplo tem identificado a alteração das representações da Baixada Fluminense. Acompanhado por uma mudança dos indicadores socioeconômicos em algumas das

¹ Alves chama a atenção em apresentação à revista do Departamento de Administração e Turismo da UFRRJ com o sugestivo título “Destinos – olhares além da fachada” que a Baixada não é e ao mesmo tempo é para principiantes. Tomando as contradições do vasto território onde habitam mais de 3,5 milhões de moradores, ele afirma que a Baixada não pode ser compreendida por “principiantes” que não mudem o olhar para entrever nas entrelinhas as nuances dos embates, a dor e a força dos que resistem, mas que a Baixada é também para principiantes, pois demanda um esvaziamento dos “preconceitos e discriminações para mergulhar no âmago dos que constroem, dia a dia, a cada momento, um mundo em ebulição”. (ALVES, 2012)

idades da região e de uma nova conjuntura econômica de atração de investimentos para o Rio de Janeiro, há um movimento tanto nas representações construídas pela mídia, como por acadêmicos de buscar compreender a diversidade de situações na Baixada. De lugar violento, marcado pela ação de grupos de extermínio e altas taxas de homicídio, a Baixada passou a figurar como um mercado consumidor potencial com oportunidades de trabalho, consumo e investimentos, mesmo que a “sociabilidade violenta” (SILVA, 2004) continue como um espelho do Rio de Janeiro.

Na escala urbana a Baixada Fluminense tem se constituído em anos recentes como espaço de diversos tipos de projetos de desenvolvimento econômico e urbano inseridos em escalas que ultrapassam as fronteiras locais e regionais, através de um conjunto diverso de intervenções públicas e privadas.

Sem pretender esgotar a discussão sobre esses projetos na região (parte de uma pesquisa mais ampla em curso) podemos citar seis deles que tem a Baixada Fluminense como *locus* de intervenção: o Arco Metropolitano que ligará o complexo petroquímico do Estado (Comperj), em Itaboraí, ao porto de Itaguaí; o Projeto Iguaçu, um projeto de saneamento com investimentos do PAC; o Minha Casa, Minha Vida, que tem um dos seus maiores empreendimentos localizado na região. Além disso, outros grandes projetos, como os megaeventos e o Porto Maravilha, apesar de não terem a Baixada como *locus* tem impacto indireto na região.

A Baixada Fluminense pode ser considerada como representativa do *boom* de negócios e investimentos no Rio de Janeiro, impulsionados nos últimos anos pela descoberta de petróleo na camada de pré-sal e investimentos dessa indústria, o complexo petroquímico do Estado (Comperj) e os preparativos para receber os megaeventos²

²É importante distinguir dois termos utilizados nesse trabalho, megaeventos e grandes projetos urbanos. Apesar de uma literatura que se entrecruza, fundamentalmente de conceitos que provem de uma visão de um urbanismo crítico, tomamos aqui a acepção de Roche para “megaeventos”: Roche (2000) define megaeventos como: “*eventos de larga escala cultural (incluindo comerciais e esportivos) que tem uma característica dramática, apelo popular massivo e significância internacional. São tipicamente organizados por combinações variáveis de organizações internacionais não governamentais e podem ser ditos como importantes elementos nas versões ‘oficiais’ da cultura pública.*” (Roche, 2000: 1) Os megaeventos são “ocasiões-chave onde as nações podem construir e apresentar imagens de si próprias para reconhecimento em relação a outras nações e aos olhos do mundo” e onde “a tradição nacional e a comunidade, incluindo o passado, presente e futuro nacionais podem ser inventados e imaginados não apenas pelos líderes e cidadãos do país que realizará o evento, mas também por e pelos públicos de outras nações” (Roche, 2000, p. 6). Nesta definição, os Jogos Olímpicos são apenas a parte mais visível dos megaeventos, mas não são os únicos eventos que podem ser nomeados deste modo. Podemos incluir além dos eventos esportivos, grandes eventos que possibilitem a construção dessas imagens para o

esportivos, como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos, em 2016³.

Apesar das cidades da Baixada e suas populações serem impactadas direta ou indiretamente seja pelos grandes projetos urbanos ou pelos megaeventos esportivos pouco se tem buscado compreender sobre seus efeitos na vida das cidades e de seus cidadãos. Mais que isso, na medida em que a escala de percepção dos agentes envolvidos é local e a escala dessas intervenções ultrapassa esses limites, pouco se discute para além das dimensões econômicas e de benefícios imediatos. A associação automática é a chegada de vultosos recursos públicos e privados e a geração de empregos que supostamente transformarão cidades pobres em territórios produtivos geradores de oportunidades.

Contudo, devemos fazer outras perguntas e questionar os parâmetros explicativos desses processos. Aqui advogamos a necessidade de aperfeiçoar nossos instrumentos de análise para compreender realidades urbanas em mutação em que o jogo de escalas anteriores parece ser insuficiente para captar a complexidade desses novos processos. Pouco apreenderemos sobre a dinâmica dos grandes projetos e seus impactos na Baixada se permanecermos presos a uma dinâmica local ou se adotarmos uma leitura de cima, a partir dos macro processos, sem levar em consideração como a composição dos sujeitos sociais interferem nas próprias dinâmicas em que estão envolvidos.

Deste modo, levar em consideração a variação de escalas em relação aos grandes projetos urbanos e a escala da cidade e do bairro pode nos auxiliar a compreender esse jogo em que diferentes escalas se justapõem à escala urbana.⁴ Aqui vale lembrar as recomendações de Lepetit (1998) de que o importante não é a escolha das escalas, mas sua variação, o que nos propicia ressituar a discussão sobre a Baixada Fluminense, suas representações e novas dinâmicas.

Nesse sentido buscamos atender a exigência de uma metodologia capaz de mapear esses conflitos urbanos, à luz dos impactos dos grandes projetos sobre essas

reconhecimento de uma determinada nação ou cidade aos olhos das outras, o que inclui também as grandes exposições no rol dos megaeventos. Mais a frente discutiremos o conceito de grandes projetos urbanos.

³ Apesar da maior visibilidade dos megaeventos esportivos como indutor de investimentos no Estado, se tomarmos os recursos investidos no Rio de Janeiro, mais da metade provém da indústria do petróleo.

⁴ “Ou para recorrer a outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão micro não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular.” (REVEL, 1998, p. 20)

populações tendo por referência as escalas urbanas, mas buscando acompanhar os fluxos nem sempre territoriais que refazem a própria cartografia do que se quer tratar.

O objetivo deste artigo, portanto, é indicar um mapeamento do campo de conflitos e de sociabilidades urbanas a partir dessa nova dinâmica dos grandes projetos na Baixada Fluminense. Neste sentido, a noção de “heterotopias” em Foucault nos parece útil, compreendendo-a como espaços de alteridades, simultaneamente físicos e mentais, com diversas camadas de significação e de relações que ocupam diferentes tempos e espaços, repletos de contradição, fusão de realidade e não realidades de projetos utópicos. Desta perspectiva, a Baixada pode ser lida como um espelho do Rio de Janeiro, como um reflexo que refaz a própria imagem que se quer refletida.

Essa alternativa de pesquisa busca fugir de certa fantasmagoria das imagens e representações da Baixada Fluminense que dualizam as suas representações, ora como margens do Estado, ora como local de oportunidades até então desconhecidas e agora “redescobertas” a partir da visibilização de um emergente mercado consumidor. Os fenômenos são muito mais complexos e colocam a Baixada não apenas como localidade por onde esses processos ocorrem, mas como representação mais ampla que figura como uma caixa de ressonância para as agora “emergentes” periferias das grandes cidades brasileiras.⁵

Fugir dessa fantasmagoria exige um jogo de aproximação e distanciamento, lupa e telescópio, buscando compreender escalas justapostas, a partir dos quais os grandes projetos não são definidos na escala urbana, mas se localizam e se deslocalizam a partir de outros fluxos que redefinem a própria cartografia desses territórios.

Para seguirmos esse percurso nosso artigo está dividido em duas partes: na

⁵ Dois fatos são ilustrativos da Baixada Fluminense como caixa de ressonância das periferias urbanas. O primeiro tem como palco simbólico a batalha do 2.º turno das últimas eleições presidenciais, marcado pelo ingresso do tema do aborto e o voto religioso na campanha eleitoral. A candidatura de Dilma Rousseff escolheu a Baixada Fluminense como abertura de sua campanha no 2.º turno e uma das principais estratégias foi buscar atrair o voto evangélico que votara em Marina Silva (PV) no 1.º turno. Ou seja, as candidaturas presidenciais tomaram a Baixada como um estratégico “mercado político” de disputa do voto não apenas local, mas significativa para todas as periferias onde esse segmento do voto estava em disputa.

O segundo fato, é a busca pela chamada classe C pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo. Em entrevista, o diretor geral da Rede Globo, Octávio Florisbal, afirma que a emissora vem mudando a programação para atender a “nova classe C”. Para Florisbal, esta classe tem uma vida própria e características próprias e quer se ver retratada nas telas. Isso levou a que a última novela das 8 e a atual deslocassem o seu cenário para a “periferia”: “A próxima novela, do Aguinaldo Silva, “Fina Estampa”, vai se passar na periferia. A novela que virá depois, do João Emanuel Carneiro, vai ser centrada na *Baixada Fluminense*.” (grifos meus) Ou seja, a Baixada Fluminense como um estratégico “mercado consumidor” inserido agora no principal produto comercial da Rede Globo: a novela das nove.

primeira buscamos ressituar as escalas para compreender realidades urbanas em mutação, na qual a Baixada Fluminense se insere; na segunda parte, tomamos a escala urbana como ponto de observação privilegiado, sobretudo no jogo que nos permite iluminar as histórias minúsculas encontradas no campo, compreender essas transformações e mapear alguns conflitos e a emergência de novas sociabilidades urbanas nesse momento tomando as trajetórias e as mobilidades para iluminar essas mudanças.

1. A Baixada em diferentes escalas

Na Baixada Fluminense moram aproximadamente 3,6 milhões de pessoas, o que resulta em 22,8% dos habitantes do Estado do Rio de Janeiro.⁶ Trata-se de uma das maiores concentrações urbanas do país e atualmente espaço de diversos tipos de intervenções urbanas e sociais que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro e se inserem em projetos de escalas que ultrapassam as fronteiras locais e regionais, como o Projeto Iguaçu, o Arco Metropolitano e os megaeventos esportivos.

Ao longo de sua história recente predominaram diferentes representações discursivas sobre a Baixada ampliando ou restringindo suas fronteiras políticas, sociais e simbólicas. A própria denominação geográfica é imprecisa, à medida que a terminologia Baixada denominaria toda a faixa litorânea extensiva da Baía de Mangaratiba até a região de Campos, no Norte do Estado. Esses limites e fronteiras eram estabelecidos conforme o tempo e as conjunturas, o que permite encontrar diferentes representações sobre o perfil e as características da região.

Do ponto de vista dos urbanistas, a partir dos anos 1970, o termo "Baixada" passou a denominar o conjunto de municípios considerados “periféricos” à capital, lugar da migração rural e urbana acelerada nas décadas de 1940/1950 e que se convertia em moradia para trabalhadores cujo local de trabalho era a cidade do Rio de Janeiro. Essas representações subsidiavam a visão da Baixada como um lugar de carências e pobreza, marcado pela ausência do Estado em políticas públicas e sociais.

Um segundo conjunto de representações cristaliza a imagem da região como local

⁶ Há controvérsias sobre a agregação dos municípios que compõem a Baixada Fluminense. Aqui utilizamos a agregação mais ampla que abrange 13 municípios: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João do Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

violento, a partir das altas taxas de homicídio e da existência de grupos de extermínio. Enne (2004), ao analisar as representações da imprensa dos anos 1950 até 2000, a partir de quatro jornais, busca traçar uma cronologia por décadas sobre as imagens da Baixada Fluminense. Para a autora, na década de 1980 a representação pela violência tem o seu auge, enquanto a partir dos anos 1990 e em 2000 essas representações darão lugar a imagens mais positivas, com a criação de cadernos específicos da Baixada no jornal “O Globo” e “O Dia”. A imagem da Baixada como um “mercado consumidor” e mercado político vão tomar o lugar da violência no noticiário, não mais exclusivo à Baixada pela percepção de aumento e sua banalização no Rio. Assim, é possível afirmar que essas representações se modificam a partir de meados dos anos 1990, antes mesmo do advento dos grandes projetos urbanos. Contudo, a “acumulação da violência” (MISSE, 2011) e a ação de grupos de extermínio reapareceriam em 2005 com a chacina de 29 pessoas e um ferido em Nova Iguaçu e Queimados por policiais militares.⁷ Alves demonstra como nesta década ocorre um deslocamento das relações entre Estado e grupos de extermínio, contrariando a tese que aponta que a ação desses grupos seria paralela ao Estado. Ao contrário disso, ele afirma que os anos 2000 marcam a chegada de vários participantes desses grupos ao poder político na Baixada, o que levanta a hipótese de coexistência entre acumulação da violência e desenvolvimento territorial e urbano. (ALVES, 2003 e 2004).

Estas representações se fundavam no entrelaçamento entre expansão da periferia urbana do Rio, a partir dos processos de urbanização e migração e suas relações com a constituição de um mercado político em acelerado crescimento. Assim, o histórico de violência tanto nas disputas pelo controle do poder local, quanto no período de ampliação dos grupos de extermínio, fariam parte do que Das e Poole (2004) denominariam em outras situações como a construção das margens do Estado, ou seja, de uma dada ordem do qual a Baixada seria um caso singular. Seu aspecto fundamental é a porosidade do Estado às formas consideradas ilegais de gestão da violência, mas que nos permitiria

⁷ Em 31 de março de 2005 durante um intervalo de duas horas, ainda no início da noite, 29 pessoas foram assassinadas na porta de suas casas, bares ou trabalhos em Nova Iguaçu e Queimados. Segundo testemunhas homens desceram de um carro sem alvo definido. Por suspeita de envolvimento, 11 policiais foram presos. Eles estariam intimidados pela investigação de envolvimento em crimes na Baixada e a relação com grupos de extermínio. (FASE; LEV/UERJ; ALVES, J.S.; CESEC; JUSTIÇA GLOBAL, 2006)

apreender dinâmicas sociais não somente na Baixada, mas também no Rio de Janeiro⁸.

Um terceiro conjunto de representações aparece no decorrer dos anos 1990 e associa a Baixada Fluminense a um pólo de desenvolvimento econômico, um grande mercado consumidor que cresce a partir da reconfiguração das denominadas periferias urbanas e incorporação das chamadas classes C e D como consumidores. Assim, ao lado de *shopping centers*, empreendimentos imobiliários para uma “nova classe média”⁹ consumidora, os grandes projetos impulsionados por investimentos públicos e privados estariam modificando a composição socioeconômica da região, incorporando os mais pobres e criando uma “classe média” capaz de sustentar esses empreendimentos. Esse diagnóstico redundaria numa visibilização cada vez maior da Baixada como um grande mercado de consumo de bens e também mercado político que permite projetar imagens para as demais periferias urbanas que vivenciam processos de transformações recentes e associá-las a determinados projetos políticos e de consumo. Aqui estaria presente também uma estética desses segmentos, seus hábitos e padrões de consumo, suas visões marcadas mais por sua importância como público consumidor e incorporadas a partir do acesso a determinados bens de consumo e simbólicos.

Nos últimos anos, além dessa alteração nas representações sobre a Baixada, os grandes projetos de infraestrutura urbana tem provocado novas dinâmicas. O impacto da descoberta de petróleo na camada de pré-sal no litoral fluminense desencadeou um conjunto de investimentos na “indústria do petróleo” que vem reconfigurando a “vocaçãõ” de determinadas cidades na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, investimentos em infraestrutura, logística e urbanização vão redefinindo o lugar de

⁸ Neste aspecto estamos de acordo com os estudos de Alves que recusa a interpretação da violência na Baixada na chave de um “poder paralelo ao Estado” ou na ausência de Estado. Compreendemos que esta violência é constitutiva da própria existência do Estado na Baixada. Nos termos de Das e Poole, da produção de suas margens.

⁹ Não entendemos que a noção de classe C tenha algum sentido explicativo, pois sua definição foi construída como um artefato publicitário e político, o que denota inclusive as entramadas relações entre publicidade e política. Este conjunto da população também é muitas vezes denominado de “nova classe média”. O mais interessante é que pesquisas e entrevistas demonstram que os participantes dessa “nova classe média” quando confrontados com essa denominação reagem com espanto, pois a percepção é que a sua experiência de liminaridade e instabilidade os colocam como pobres. Isso demonstra que o termo “nova classe média” é mais um artefato, que um conceito capaz de compreender um novo segmento da população. No entanto, apesar de uma crítica ao artefato, é preciso compreender que sua circulação faz com que as próprias representações de alguns agentes se alterem, o que nos traz a exigência de perguntar como a circulação desse artefato produz novas representações. Apesar de não ser o tema principal deste trabalho, há uma literatura que começa a tratar do assunto, seja na chave de uma nova classe social que emerge com o fenômeno político do “lulismo” (SINGER, 2009) ou a partir dos processos sócio-econômicos que tem causado significativas mudanças nas camadas mais pobres, fazendo emergir uma classe de “batalhadores” (SOUZA, 2012) em anos recentes.

algumas cidades. A Baixada, neste caso, assume um lugar estratégico porque está localizada entre três grandes projetos em execução: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)¹⁰, o Arco Metropolitano e o Porto de Itaguaí.

Esse novo ciclo da indústria do petróleo irá reconfigurar os territórios do Rio de Janeiro à volta da capital. A percepção dos agentes estabelecidos a partir de determinados indicadores macro econômicos não dá visibilidade para aqueles que não estarão nesse circuito de trocas econômicas.

Há dois impactos mais diretos na Baixada que se relacionam com o Comperj. O primeiro é o Arco Metropolitano, rodovia construída com recursos do PAC que ligará o Comperj ao Porto de Itaguaí e atravessará os municípios de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. O segundo, o porto de Itaguaí que tem sua ampliação e prevê um conjunto de portos e indústrias a sua volta. Uma delas em funcionamento é a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) uma associação entre a Companhia Vale do Rio Doce e a ThyssenKrupp, holding alemã que atua em vários segmentos industriais e de siderurgia e é mais conhecida no Brasil pela produção de elevadores.

A noção de grandes projetos urbanos é polissêmica e dotada de múltiplos sentidos a depender da percepção dos agentes sobre o sentido destas intervenções. Para alguns se tratam de estratégias de dominação no âmbito do planejamento e das intervenções sobre o território, enquanto para outros são janelas de oportunidades que acompanham os processos recentes de acumulação e expansão capitalistas. Independente da percepção que se tenha desses projetos em larga escala, seus potenciais de ruptura em relação a novas práticas de decisão e intervenção sobre a escala urbana são expressivos. Segundo LIMA & OLIVEIRA JR, 2009 e SANCHEZ, CORREIA, BIENENSTEIN, & REIS,

¹⁰ O Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) é um grande projeto urbano no município de Itaboraí definido, nas palavras da Petrobrás, como um dos principais empreendimentos da sua história e representativo da retomada da companhia no setor petroquímico. A previsão da entrada em funcionamento deste complexo é 2014, com a geração de “200 mil empregos diretos e indiretos”. Além disso, a ligação do Comperj ao Porto de Itaguaí será estabelecida através do Arco Metropolitano, rodovia que atravessará oito municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, a maior parte deles situados na Baixada Fluminense.

O Comperj será formado por uma refinaria e unidades geradoras de produtos petroquímicos de 1.^a geração (propano, butadieno, benzeno, eteno, dentre outros) e de 2.^a geração (estireno, etileno-glicol, polietileno e polipropileno). A expectativa da Petrobrás é que empresas de 3.^a geração, responsáveis por transformar produtos petroquímicos de 2.^a geração em bens de consumo, sejam atraídas a se instalar nos municípios vizinhos ao longo do Arco Metropolitano, ressaltando que essa atração depende de uma maior atratividade por parte das esferas municipal e estadual (cf. www.comperj.com.br).

2009 podemos estabelecer seis dimensões em que isso ocorre:

a) política: novas articulações de sujeitos e de escalas de ação no território que implica no uso de parcerias público-privadas, reconfiguração das coalizões políticas e emergência de novas instituições e formatos organizativos;

b) simbólica: o discurso se referencia a uma situação de crise e supõe, por conseguinte, estratégias de superação. Os discursos acionados apontam um novo contexto socioeconômico de consolidação de noções como globalização, incerteza e guerra de lugares. No entanto, esta situação de crise é vista como uma “janela de oportunidades” para as cidades que souberem aproveitar desta situação.

c) econômica: Os grandes projetos urbanos brasileiros são financiados com recursos públicos orçamentários ou com empréstimos cujos fiadores são os poderes públicos. Há uma participação substantiva do Estado como agente financiador, promotor ou garantidor dos grandes projetos, apesar da maior parte dos discursos apontarem o protagonismo das parcerias público-privadas;

d) urbanístico-territorial: a imagem arquitetônica é uma questão forte desses grandes projetos. Há a perseguição de uma imagem de inovação e arrojo, frequentemente associada a arquitetos de expressão e com referências à globalização, o que implica em boa parte das vezes na construção de equipamentos de arquitetura sofisticada, mas dissociados das práticas urbanas locais;

e) fundiária: alteração dos fatores externos que determinam o preço da terra e a distribuição territorial dos modos de uso do solo;

f) escalar: estabelecimento de novos nexos, relações e redes entre as esferas local, regional, nacional e internacional, tanto do ponto de vista dos atores sociais quanto dos fluxos de mercadorias e riquezas.

Uma primeira observação é que a própria escala desses processos deve ser lida a partir de outro plano de referências. Ao menos três escalas se sobrepõem à escala urbana. A primeira delas é o plano das histórias de nossos interlocutores. Estas histórias vivenciam um conjunto de mudanças na vida dos moradores da Baixada Fluminense nas últimas décadas e dão conta de vários planos, como o trabalho, a moradia, a educação, a religião, as sociabilidades e mobilidades urbanas. Essas modificações estão inseridas na escala local, mas a extrapolam na medida em que há uma mobilidade cada vez maior que figura na fala de muitos dos nossos entrevistados. A segunda escala, é a escala nacional, representada pela chegada de grandes investimentos que atingem direta ou indiretamente

as cidades da Baixada. São projetos de infraestrutura urbana impulsionados pela localização da região, a meio caminho entre o polo petroquímico do Rio de Janeiro e o porto por onde essa produção será escoada, no município de Itaguaí, na Baía de Sepetiba. A parcela mais significativa desses investimentos é estatal e parte de uma dinâmica de inserção e ampliação da competitividade do país naquilo que alguns tem denominado como “novo desenvolvimentismo”, que tem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como sua síntese e se traduz em investimentos em energia (petróleo e gás natural, geração e transmissão de energia elétrica) e infra-estrutura social e urbana (metrô, saneamento habitação) e infra-estrutura logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos).

A terceira escala que é o território onde de algum modo essas diferentes escalas se justapõem é a escala urbana. É na escala urbana onde esses fluxos tem um ponto de observação privilegiado, apesar de nem sempre se encontrarem. É para este ponto de observação que iremos a seguir.

2. A escala urbana como ponto de observação

Nos últimos anos, há uma reconfiguração da Baixada Fluminense em vários âmbitos. Transformações no plano das sociabilidades, da religião, da moradia, do consumo, da violência tem tido lugar na Baixada, o que tem feito com que haja uma rápida alteração no plano das representações discursivas sobre como o território passa a ser visto. Isso tem sido captado, sobretudo nos estudos mais recentes marcados por pesquisas de campo e etnografias que tem como lugar a região e que se indagam sobre questões como a política, a moradia, a religião, a violência e a cultura (ALVES, 2003; BARRETO, 2006; COSTA, 2006; ENNE, 2004; LAGO, 2009).

No plano urbano, há um questionamento de categorias que buscavam interpretar a Baixada como lugar de carência, violência e incompletudes, como um vir a ser da cidade, tomando como ponto de referência o Rio de Janeiro. Com isso categorias como centro e periferia e seus desdobramentos conceituais, como cidades dormitórios eram acionadas como chave explicativa de análise. Lago (2009), no entanto, destaca que é possível questionar essas representações a partir de uma análise dos dados do Censo de 2000 que apontavam uma redução da mobilidade casa-trabalho entre os municípios da Baixada Fluminense e o Rio de Janeiro. A maior parte dos moradores, portanto, já não fazia esse

trajeto, configurando essa “periferia metropolitana” como lugar de trabalho e não mais como “cidade dormitório”.

Para explicar essa alteração, Lago recorre a uma dupla hipótese que aponta uma espécie de tendência à dualização do mercado de trabalho na Baixada: de um lado a fixação de uma parte da força de trabalho mais qualificada nos setores de serviços; e de outro, a fixação de uma força de trabalho menos qualificada em empregos precários no chamado setor informal. Assim, uma dupla dinâmica fixaria o morador da Baixada em empregos formais e informais o que teria o efeito principal de quebrar outra dualização: a ideia de centro e periferia. Assim a fixação ocorreria por um movimento cujos reflexos se dariam nas duas pontas: empregos mais precários e empregos com maior qualificação fixariam os moradores nas cidades da Baixada, reduzindo o fluxo de mobilidade urbana para o chamado Centro, a cidade do Rio de Janeiro.

Ainda que questionável tratar nos termos do trabalho formal e informal, uma dicotomia conceitual cada vez mais problemática, concordamos com Lago quando questiona a capacidade explicativa do termo periferia para compreender o que ocorre na Baixada. Neste caso, parece ocorrer uma transformação que reconfigura o lugar do trabalho, ou da própria ideia de trabalho formal que neste trajeto casa-emprego tinha lugar no formato anterior.

Mas, para situarmos as questões é preciso identificar algumas pequenas histórias por onde podemos observar melhor essas dinâmicas. São histórias que não tem a pretensão de condensar essas modificações, mas que nos permitem mostrar diferentes escalas e se aproximar de uma complexa trama de mudanças. As histórias não tem um encadeamento entre si, mas colocadas lado a lado nos possibilitam compreender realidades urbanas em mutação, por onde se alteram também as trajetórias dos nossos entrevistados.

A Baixada na trajetória de João e Maria

Março de 2012. Chego à estação de trem de Nova Iguaçu e encontro Célia. É início da noite e ainda pegaremos um ônibus que rapidamente nos deixará na casa de seus pais, João e Maria, em Mesquita, próximo à estação Juscelino Kubitschek. Mesquita foi o

último município emancipado de Nova Iguaçu¹¹.

Sou recebido na entrada do terreno por João. João tem uma estranha mania: sempre que perguntado se está bem, diz que não, mesmo que isso seja apenas parte de um estranho código de polidez, repetido depois com a chegada do genro.

Na entrada da casa sou recebido por Maria. Apesar da aparência frágil e de caminhar com dificuldade, Maria tem personalidade forte, ressaltada no decorrer da conversa ao interromper o marido para relatar fatos esquecidos. Maria também é quem faz a marcação das dificuldades familiares, enquanto João vai expondo os acontecimentos que entrecruzam sua experiência de trabalho com os fatos conjunturais do país.

A vida de João repete a trajetória de milhares de nordestinos que chegaram à Baixada Fluminense no intenso fluxo migratório para a região a partir dos anos 1950. João saiu de Brejo da Madre Deus, em Pernambuco, em março de 1958, ou seja, há 56 anos. Apesar da distância das datas, João relata os fatos de sua vida entrecruzada com os fatos políticos com uma vivacidade impressionante. Dono de boa memória, João nos aponta as datas exatas dos acontecimentos de sua vida entremeadas ao curso dos acontecimentos do país. Num desses momentos, ele trata do grande saque ocorrido em Duque de Caxias, às vésperas do golpe militar em 1964, a partir do ponto de vista de alguém que estava no comércio informal e sujeito às sazonalidades do momento.

Quando chega a Duque de Caxias, João vai fazer alpercatas. Tenta repetir o ofício aprendido com o pai em Pernambuco e que o fez se tornar o único dos onze irmãos a não trabalhar no roçado. Mas a chegada em Duque de Caxias será num momento de relativa ebulição. João vê os negócios degradingolarem depois do quebra-quebra e dos saques que ocorreram na cidade em 5 de julho de 1962.

Este acontecimento, apesar de pouco comentado para além da historiografia local, parece ter colocado em movimento os trabalhadores na época e marcado a vida de João que relata detalhes como alguém atingido diretamente. O cenário de turbulência e instabilidade do governo João Goulart tinha o Rio de Janeiro e também a Baixada Fluminense como um de seus palcos principais. Se no Rio de Janeiro, a capital naquele

¹¹ O município de Nova Iguaçu, fundado em 1833, às margens do Rio Iguaçu, situa-se na região metropolitana do Rio de Janeiro. Vários outros municípios da Baixada foram criados a partir da emancipação de Nova Iguaçu. Assim, nos anos 1940, são emancipados os atuais municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti e Nilópolis. Posteriormente, outros quatro distritos iguaçuanos são emancipados: Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

momento, era o termômetro político do país, a Baixada Fluminense cumpria o mesmo papel, só que a partir da representação dos trabalhadores e dos mais pobres. A convocação de uma greve geral pelas centrais sindicais teve Duque de Caxias como o lugar aonde essas duas forças irão se enfrentar. A própria divisão nos poderes locais faz com que haja o estopim de um quebra-quebra e saque de alimentos.

João vai ver os acontecimentos como mais uma queda numa sucessão de dificuldades enfrentadas desde sua vida como sapateiro em Pernambuco. O quebra-quebra leva a queda acentuada das vendas, prejudica em parte o pequeno comércio e reconfigura o comércio local ampliando o predomínio de redes de abastecimento maiores. Diante desse fato, João é obrigado a demitir os poucos empregados que trabalhavam com ele, concentrar a confecção de alpercatas aos sábados e domingos e ir trabalhar no esmeril de uma fábrica em Inhaúma, subúrbio do Rio.

A nova rotina, no entanto, não era compensada por um salário que lhe propiciasse condições de criar os filhos. Esta situação o leva a não encaminhar mais notícias para a família em Pernambuco. Passa dois anos sem enviar nenhuma carta para os pais.

A vergonha ainda presente no seu relato aumenta quando surge o primo, deputado estadual em Pernambuco, que veio lhe buscar a mando do tio. A fala do primo é decidida: “Zinho, eu trouxe uma ordem de meu tio e meus primos para você pegar tudo isso que tem aí, menos a mulher e os filhos, jogar no lixo e botar fogo, que eu vou comprar uma passagem no Rio, da Varig, e viajar para o Recife que eles irão para Brejo de Madre Deus lhe receber”.

João recusa a oferta do primo. "Eu pagava 1500 cruzeiros de aluguel. Quando pagava um mês tava devendo três. Mas disse que preferia morrer de fome do Rio, a voltar para o Norte à custa dos outros". Porém, pede um emprego para o primo através dos seus possíveis contatos na capital federal e é atendido com uma carta de recomendação. Até aquele momento, João vivia um suceder de situações liminares, ciclos de emprego e desemprego, trânsito entre empregos precários em fábricas do Rio e a fabricação própria de alpercatas e sua comercialização. O contato com o primo deputado lhe permitiu uma indicação de trabalho como contínuo no Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool. A partir daí a vida de João se estabilizará e ele permanecerá neste emprego até se aposentar em 1992, quando o instituto em que trabalhava perderia suas funções e seria desmantelado no governo Collor.

Este antes e depois do emprego público é marcado na fala de Maria, que indica as

dificuldades da família naquele momento. Maria conta a história a partir de outro ângulo, não mais através do suceder de trabalhos perdidos conforme as alterações de uma conjuntura política crítica, mas do ângulo da casa e da família. É Maria quem assume o leme da conversa.

Maria, pernambucana, 85 anos, chegou a Duque de Caxias dois anos depois de João. Teve treze filhos, mas sobreviveram onze. A casa de João e Maria se localiza a algumas quadras da estação de trem Juscelino Kubitschek. O terreno é dividido com uma das filhas e uma inquilina. A disposição de várias casas faz com que o estreito corredor da entrada divida as três casas do terreno.

O terreno foi adquirido depois que João conseguiu a estabilidade no emprego. Com o abono concedido no Natal de 50 mil cruzeiros comprou um lote e passou a construir a própria moradia num lugar de Nova Iguaçu com poucos serviços e ainda no barro. Dona Maria relata até hoje as marcas da planta da casa conforme a ordem da construção. Primeiro levantou a cozinha, um quarto e um pequeno banheiro. Depois outro cômodo e transferiu a família toda para lá.

A mudança de Duque de Caxias ainda hoje é verbalizada por Maria como uma queda no padrão de vida da família. Ela me relata a estranheza das crianças, “criadas com gente rica” porque misturadas com o filho do dono da padaria ou o comerciante local e que a ida para Nova Iguaçu as colocara lado a lado com quem gostaria de manter maior distância.

Quando mudaram para o lote havia pouca coisa, a não ser a proximidade com a linha do trem que segue para Japeri. Ainda hoje o bairro tem os contornos de um bairro periférico, com a linha do trem, um pequeno comércio, casas de autoconstrução e a passagem da via Light por cima do terreno da casa de João. Porém, se comparado a outras localidades de Nova Iguaçu a área é consolidada, com a existência de serviços básicos de asfalto, água e esgoto. Célia me disse, enquanto caminhávamos para a casa de seus pais, que o tempo só tornara o bairro pior, pois a presença de “gente estranha” e o aumento da violência deixaram as coisas piores ao desfazer as antigas redes de relações locais, mesmo que os serviços básicos se ampliassem.

Maria me conta sobre o dia que chegou ao Rio de Janeiro. Seu relato dos dias em que transcorreu a viagem de Brejo da Madre Deus, com um irmão e quatro crianças é tão lúcido e cheio de detalhes que mostra o quanto a saída de sua terra natal e a chegada ao Rio de Janeiro foi impactante. A viagem durou de domingo a domingo

João e Maria tem a trajetória clássica daqueles que chegaram à Baixada Fluminense nos primeiros ciclos migratórios, vindos de outras regiões, sobretudo o nordeste, para trabalharem e morarem no Rio de Janeiro. Famílias numerosas, forte religiosidade popular que mistura o catolicismo de antes e as novas referências urbanas do novo lugar, a experiência entremeada do trabalho e pobreza, a marcação de lugares sociais e de classe muito estabelecidos. João e Maria pouco tratam das experiências de mobilidade na cidade, agora estranha ao antigo lote e às relações estabelecidas no bairro. Quem dá voz a esse estranhamento é sua filha que ressalta o aumento da violência, a desconfiança e a perda dos laços de solidariedade na vizinhança com a saída de antigos moradores e a chegada de novos. As marcações temporais dos fatos por João e Maria são vívidas e se inscrevem como cicatrizes na vida de privações antes do emprego estável de João e inscritas em ambos desde a chegada ao Rio de Janeiro. Não contam uma história de triunfo, de quem melhorou de vida se comparado à situação anterior, o que os afasta daquela imagem de uma classe batalhadora que venceu na vida pelo próprio esforço pessoal, sem a ajuda de ninguém. Contam uma experiência de ruptura na mobilidade de migrantes, de preocupação em criar bem os filhos e manter o núcleo familiar como referência principal. João e Maria expõem no relato uma vida de uma mobilidade que se fixa agora em novo território. Mas, João e Maria pouco tratam da vida fora da casa, dos projetos que podem alterar o território e a vida daqueles que o habitam. Acima de suas casas passa o viaduto da Via Light com carros a toda velocidade em direção à Linha Vermelha, principal acesso que liga a Baixada ao Rio de Janeiro.

A Baixada a partir da mobilidade de André

Estação de trem de Nova Iguaçu, final da tarde. Encontro André, antigo coordenador de uma rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários na Baixada. O final de tarde no comércio é movimentado e pessoas apressadas chegam do trabalho no Rio ou entram na estação com destino a outras cidades, como Queimados e Japeri, ou bairros afastados do centro de Nova Iguaçu.

O comércio do calçadão é composto por grandes redes de varejo, lanchonetes, pequenas lojas e o comércio popular dos camelôs que movimentam o centro de Nova Iguaçu. Nada diferente do centrinho do subúrbio e das cidades da Baixada Fluminense. André, contudo, chama a atenção do meu olhar e aponta algo novo ocorrido na paisagem

da cidade nos últimos dez anos.

André, carioca, 50 anos, é morador da cidade há quase 30. Até 21 anos morou no Méier, Zona Norte do Rio de Janeiro, com seus pais e irmãos. Sua vinda para Nova Iguaçu coincidiu com o desemprego do pai numa sapataria, que com o dinheiro da rescisão montou uma lanchonete e chamou André para ajudá-lo.

Quando chegou à Nova Iguaçu, em 1987, André tinha medo de abrir o bar. O contexto coincidia com notícias de violência e da ação de grupos de extermínio na região. Além disso, as representações negativas e os “efeitos de lugar” (BOURDIEU, 1998) eram percebidos por André a partir de seu lugar anterior, de morador do subúrbio carioca.

No decorrer dos anos essa percepção de André se alterou, a ponto de virar “obsessão” sua busca por quebrar esse “estereótipo negativo” conferido pelos “efeitos de lugar” aos moradores da região. André refaz sua posição e passa a ver o lugar de modo positivo com aquela “coisa de interior”, onde as pessoas se cumprimentam e se conhecem e ainda está presente uma vida de tipo comunitário.

O trabalho afasta André da escola, mas dura pouco. O desemprego o leva a retornar aos estudos num ciclo de ocupação e desocupação que mescla tempo de trabalho e tempo na escola e irá se repetir por diversas vezes na vida de André. O retorno à escola, no entanto, abrirá uma possibilidade até então fechada. No 3.º ano do ensino médio, através de três amigas, toma contato com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). O movimento é um dos precursores da luta pelas cotas raciais nas universidades e se tornará um dos berços dos movimentos de ingresso de negros e carentes nas universidades brasileiras. O ano é 1995.

André se engaja nesse movimento de cursinhos comunitários e em dois anos ingressa no curso de Filosofia da PUC/Rio. Essa nova situação leva André a perceber o ingresso na Universidade como possibilidade de transitar entre dois mundos, sem sair da Baixada. Mas, também vai marcá-lo como morador de um lugar cujos efeitos estavam presentes nas representações prévias daqueles que eram seus novos colegas: “quando estudei na PUC falava que morava em Nova Iguaçu e as pessoas se assustavam. Nunca haviam passado da Central para cá. Conheciam as ruas de Miami, mas não conheciam as ruas da Baixada”.

A separação entre lugares delimitados, o Rio de Janeiro e a Baixada, está presente em boa parte da literatura que trata sobre as representações e as experiências dos

moradores da região e não constitui novidade. Contudo, esse lugar de André, daquele que participa de um movimento para ingresso de estudantes da Baixada nas Universidades vai levá-lo a contar uma história de deslocamento da relação de mobilidade que neste caso é, sobretudo, de ordem simbólica. O ponto de virada nas experiências de vida para André é o início do debate sobre as políticas de cotas e luta pelo ingresso de estudantes carentes nas universidades. E André procura fazer o caminho de ida e volta entre o Rio de Janeiro e a Baixada, tanto do ponto de vista de regressar diariamente da Universidade para seu local de moradia, como do retorno ao cursinho pré-vestibular para lecionar para outros que poderiam trilhar os mesmos caminhos. Esse tempo de criação e fundação do movimento está presente na fala de André:

A ideia de Universidade era distante daqueles que ingressavam no cursinho e marcada pelo desconhecimento e falta de informação. O ensino médio era visto como o último grau escolar possível. Esse desconhecimento levava no mínimo a duas questões. A primeira remontava aos objetivos do cursinho. A maior parte dos alunos nem sabia exatamente a função de uma universidade, e segundo André muitos desconheciam a existência da universidade pública. Para muito estudantes o cursinho era um "reforço" do ensino médio deficiente ou um curso que ao final se obteria um certificado. Assim, a primeira orientação do cursinho era em relação a suas finalidades e sobre o significado das "profissões" existentes na Universidade.

Ainda assim, persistia uma segunda questão: a percepção da universidade como "lugar de rico", fora da realidade social dos que chegavam ao cursinho. A pressão pela profissionalização rápida também levava a alta rotatividade nos primeiros meses onde o índice de evasão podia chegar a mais da metade dos alunos.

André relata a instalação de um grande supermercado em Nova Iguaçu e o efeito imediato sobre os alunos do cursinho. A possibilidade de conseguir emprego na nova empresa levou à desistência da maioria dos ingressantes naquele ano.

O surgimento das grandes redes de comércio é a novidade destacada por André. Grandes supermercados, redes varejistas de roupas, bancos e financeiras, lojas de celulares, eletrodomésticos, cadeias de *fast food* e a miríade de quinquilharias eletrônicas invadiram o calçadão de Nova Iguaçu e deram maior pujança ao comércio. Isso também coincidiu com uma "diversificação" das possibilidades de emprego na cidade. Essa percepção coincide na experiência de André com a demanda de vagas nas universidades canalizada para os pré-vestibulares comunitários.

“A maioria ia arrumar um emprego no Rio. Porque Nova Iguaçu era considerada cidade dormitório. A maioria trabalhava no Rio de Janeiro. Não tinha shopping. Tinha umas lojinhas. Era Rio de Janeiro. Aí era aquilo: pedreiro, lanchonete ou um curso do SENAC como cabeleireiro. Havia também pouca informação sobre escola técnica. As pessoas não tem essa noção, bota em qualquer escola, em escola perto de casa. A grande maioria ainda não tem essa compreensão de formação técnica.”

Haveria muitas questões a explorar na trajetória de André, mas tomaremos uma delas que nos parece significativa dos deslocamentos na Baixada, mas não na mesma chave que alguns estudos tem apontado. Se é fato que a Baixada deixa de ser apenas uma cidade dormitório e se conceitos como centro e periferia perdem sua força explicativa, o que ocorre é uma alteração nos patamares de mobilidade dos seus moradores. Não se trata de uma maior facilidade de deslocamento físico, comprovadamente pouco perceptível diante da qualidade dos transportes e das condições de mobilidade urbana. Tampouco apenas a ampliação das ofertas de emprego que fixam moradores de classe média e de baixa renda nas cidades antes consideradas apenas dormitórios do Rio de Janeiro. O que ocorre é uma alteração simbólica das exigências de uma geração que emerge num contexto que de um lado desmancha os horizontes anteriores de distinção entre a valoração do público e do privado e de outro passa a contar com um universo de maior mobilidade simbólica. A demanda por universidade é ilustrativa da alteração desses patamares. É interessante perceber que é na Baixada Fluminense que a criação desses cursinhos pré-vestibulares comunitários tem origem e que em pouco tempo se espalha pelo Rio, a ponto do Estado ser um dos precursores da política de cotas nas universidades. O relato de André demonstra o ponto de virada temporal em que a demanda por universidade passa a ser representada pelos movimentos sociais na região. Mas, André nos conta o momento em que a circulação de símbolos, de acesso a determinados bens vai passar a fazer parte das demandas dos mais jovens, ou seja, o ingresso nas universidades. Se a demanda é incipiente e atravessa os circuitos do trabalho e da escola ela nos dá conta de uma perspectiva de circulação de símbolos e significados num território marcado pela difícil mobilidade urbana, mas que é invadido nesse momento pela circulação de imagens e imaginários e bens de consumo globalizados.

A rapidez desse processo faz com que esse movimento protagonizado por André tenha uma existência que acompanha o processo de incorporação da ideia de educação.

Por isso, sua questão ao final é o porquê da diminuição da empolgação com o projeto por parte das últimas turmas que ele conheceu. Nas primeiras turmas existia uma “vibração”, os alunos eram mais colaborativos e solidários, “traziam comida”, “varriam, limpavam e cuidavam do espaço como se fosse deles. Tudo era novidade, de um passeio de metrô às palestras sobre assuntos diversos no cursinho. André se questiona se não seria uma pretensa mobilidade recém-chegada a responsável pela diminuição do ímpeto anterior: “questionávamos se não éramos nós que precisávamos mudar, pois novas cabeças estavam chegando. Será que não era internet que tornava aquelas pessoas que chegavam mais frias?”

A Baixada vista da Baía de Sepetiba

Junho de 2012. Cúpula dos Povos, atividade promovida por inúmeras ONGs, sindicatos e associações paralela à Conferência da ONU Rio +20.

Chego ao ponto de saída do Rio +Tóxico, atividade promovida por várias entidades ambientalistas na Cúpula dos Povos com o objetivo de mostrar que “na mesma cidade que promete redefinir os marcos ambientais do planeta são erguidos uma série de megaprojetos na contramão do discurso oficial”. O ponto de encontro é o BNDES que, segundo os organizadores, é responsável pela maior parte do financiamento desses empreendimentos, apesar de ser um banco público. O BNDES atualmente é quatro vezes maior que o próprio Banco Mundial.

Três roteiros compunham a programação do Rio +Tóxico: a visita ao Comperj em Itaboraí, à REDUC em Duque de Caxias, e à CSA na Baía de Sepetiba. Escolhi a rota da Baía de Sepetiba, em Santa Cruz, por sua proximidade com os principais municípios da Baixada. Apesar da CSA se situar em Santa Cruz (bairro da zona oeste do Rio de Janeiro), sua parte operacional de escoamento de aço se dá pelo porto construído na Baía de Sepetiba, no porto de Itaguaí.

Sáimos por volta de 9h e rumamos pela Av. Brasil em direção à Santa Cruz. Apesar de 1h30 de “viagem”, tratava-se de visitar uma região que ficava na cidade do Rio de Janeiro e que indiretamente o prefeito criticara como um espaço que não deveria se destinar a indústrias pesadas.

No caminho percorremos toda a extensão da Avenida Brasil e atravessamos pontes, estradas de trem e pequenas ruas até chegarmos num ponto em que pegaríamos o

barco para visitar os portos das empresas à volta da Baía de Sepetiba, em Santa Cruz.

Chegando, a primeira surpresa. Os barcos não apareceram conforme o combinado com as entidades promotoras da atividade. Posteriormente, foram levantadas suspeitas de que uma das empresas que tem o porto na Baía de Sepetiba havia incidido de forma a demover alguns pescadores a não levarem os participantes da atividade para visitar a baía.

A composição do ônibus, além dos brasileiros, conta com múltiplas nacionalidades. No meu barco estão um maranhense e um paraense que faz parte do movimento dos atingidos pela Vale, um moçambicano que cursa mestrado na UFF, ativistas ambientais, além de um jovem, filho de pescador que como cicerone nos leva e descreve a situação da Baía. Nos demais barcos estão delegações de outros países e pescadores integrantes da Associação Homens do Mar (Ahomar).

O trajeto pela baía de Sepetiba é longo e dura aproximadamente xxx horas. Seguem quatro barcos em fila. Primeiro avistamos o Pier para operação de Granéis Sólidos e Produtos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) que é uma plataforma que se estende para dentro do mar e corta uma boa faixa da baía. Os pescadores reclamam que após a instalação desse pier a pesca diminuiu a ponto de dentro as cinquenta espécies que se encontrava no mar da baía, agora só é possível encontrar apenas uma.

Depois avistamos o porto da Petrobrás e logo após um grande navio com a bandeira chinesa e que está sendo carregado por minério de ferro através de uma esteira que despeja o produto diretamente no navio. Alguns dos participantes da atividade, sobretudo um dos integrantes do movimento de atingidos pela Vale afirma que um navio da envergadura daquele que estamos avistando leva em média dois dias para ser abastecido. Parte da limalha de ferro despejada dentro do navio cai sobre as águas da baía.

O porto de Itaguaí é o fim de linha do escoamento de uma produção que envolve grandes empresas estatais e privadas num grande empreendimento de escoamento de exportação de minério. A Petrobrás, Gerdau, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), MMX e a Vale do Rio Doce são alguns dos grandes grupos que operarão portos privados e que envolvem grandes investimentos em logística.

Mas, de algum modo Itaguaí é a porta de entrada de uma dinâmica recente que passa a atravessar os territórios da Baixada, mesmo que em alguma medida a percepção

dos agentes locais seja pequena diante dos possíveis impactos que isso poderá acarretar. Até agora o processo está em curso. Mas, fica claro que será necessário redefinir o jogo de escalas desses territórios.

O lado mais visível são os investimentos em logística que vem provocando outros investimentos na rede hoteleira local, na infraestrutura urbana de rodovias que interligam outros territórios produtivos com a saída desses produtos para o exterior pelo porto de Itaguaí. Mas, de algum modo, fica pouco claro os impactos que esses investimentos poderão causar diante da alteração rápida da escala de problemas urbanos nas cidades atingidas, por exemplo, por um volume cada vez mais significativo da principal commodity que tem segurado a balança comercial brasileira. De certo modo, isso ainda está em processo. Mas, as escalas que se relacionam a esses processos precisarão ser alteradas para compreendermos essas novas dinâmicas.

Considerações finais

A articulação de várias escalas variando suas dimensões nos faz perceber processos aparentemente muito distintos que se cruzam e nos permitem compreender melhor essa alteração de representações do urbano que tem a Baixada Fluminense como seu ponto de observação. Nesse sentido, a escala urbana é um ponto de observação privilegiado em que esses processos se materializam. É nesta escala que se juntam temporalidades e espacialidades diversas que se localizam no território e também se deslocalizam. É a alteração dessas escalas que modificam as representações que se fazia sobre a Baixada num passado bem próximo. É isso que explica a passagem de uma representação marcada pelas carências e pela violência para a ideia de territórios produtivos. Neste sentido, até pela imagem da Baixada como espelho das representações sobre o Rio de Janeiro, podemos utilizar a noção de heterotopia como espaço de uma alteridade espacial que estabelece parâmetros para a configuração de determinados projetos utópicos que constroem uma estética da ordem e, portanto, um não lugar para a chamada “desordem”. É nesse jogo de escalas e sua variação que se percebe que apesar da variação dos indicadores ter mudado pouco na Baixada, a sua percepção se alterou e isso é decorrente desses novos fluxos urbanos que somente uma variação das escalas consegue captar. A variação das escalas capta melhor a complexidade de processos que

se definem em escalas diversas e que tem o urbano como ponto de observação privilegiado.

A intersecção entre os grandes projetos e os espaços urbanos exige para sua compreensão um novo universo metodológico capaz de fazer frente a essas novas questões. Faz-se necessário um jogo de escalas que não estabeleça uma polarização entre os processos macro e o micro e seja capaz de compreender que estas escalas não estão num *continuum*. O exemplo do polo petroquímico que reorientará os investimentos no Rio de Janeiro, mas que já tem impacto direto na vida dos habitantes da Baixada é um exemplo dessa nova situação. Mas, do mesmo modo, a percepção dos agentes locais no território nos informa sobre essas realidades urbanas em mutação.

Bibliografia

AGAMBEN, G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.

ALVES, J. C. (2012). A Baixada (não) é para principiantes. *Destinos - olhares para além da fachada*, n.º 2, 11-12.

ALVES, J. C. (2003). *Dos barões ao extermínio*. Duque de Caxias: APPH/CLIO.

ALVES, J. C. (2004). Religião, violência e poder político numa favela da Baixada Fluminense (Rio de Janeiro - Brasil). *Ciências Sociais e Religião*, n.º 6, 153-178.

ALVES, J. C. (jan - jun de 2002). Violência e religião: repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. *Ciências Humanas em Revista*, 131-149.

BARRETO, A. S. (2006). *Cartografia política: as fases e faces da política na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.

BARRETO, A. S. (2007). Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. *Horizontes Antropológicos*, n.º 27, 183-212.

BOURDIEU, P. (1998). Os efeitos de lugar. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.

COSTA, S. R. (2006). *Universo sonoro popular: um estudo da carreira de músico nas camadas populares*. Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ.

DAS, V., & POOLE, D. (. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé: Oxford: School of American Research Press/ James Currey.

ENNE, A. L. (2004). Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Ciberlegenda (UFF)*, n.º 14.

FOUCAULT, M. (2005). *El orden del discurso*. Buenos Aires: Fabula Tusquets Editores.

FOUCAULT, M. (2009). Outros espaços. In: *Ditos e escrito III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (2.ª edição ed., pp. 411-422). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HARVEY, David. (2006). O "novo imperialismo": acumulação por despossessão. *Socialist Register*, 95-125.

LAGO, L. C. (2009). *Baixada: lugar do trabalho ou cidade dormitório*. Acesso em 11 de maio de 2011, disponível em Com Causa: www.comcausa.org.br/artigos2009

LANDIM, L., & GUARIENTO, S. (2010). Violência e ação coletiva na Baixada Fluminense. *34.º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu.

LIMA, P. d., & OLIVEIRA JR, F. L. (2009). *Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira*. Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), Rio de Janeiro.

MARCUS, G. (1995). Ethnography in/of the World System: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, 95-117.

MISSE, M. (2011). Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. (2.ª edição ed.). Rio de Janeiro: Lummen Juris Editora.

REVEL, J. (1998). Microanálise e construção do social. In: J. (. REVEL, *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (pp. 15-38). Rio de Janeiro: Editora da FGV.

ROCHE, M. (2000). *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. London: Routledge.

ROY, A. (2009). The 21st Century Metropolis. *New geographies of theory. Regional Studies*, vol. 43.

SANCHEZ, F., CORREIA, D. V., BIENENSTEIN, R., & REIS, E. P. (2009). O Leste Fluminense e o Comperj: atores, consensos e conflitos num território em transformação. *XIII Encontro Nacional da ANPUR*. Florianópolis.

SILVA, L. A. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil contemporâneo. *Sociedade & Estado*, n.º 19 (n.º 1), 53-84.

SIMÕES, M. R. (2006). *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado, UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói.

SINGER, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, n.º 85, 83-102.

SOUSA, J. A. (1997). *Os grupos de extermínio em Duque de Caxias – Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, PPGCS, Rio de Janeiro.

SOUZA, J. d. (2012). Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG.

SWYNGEDOUW, E. (2012). A cidade pós-política. *E-metropolis*, n.º 8, 52-62.

VAINER, C. (2011). Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR.

VALOR ECONÔMICO. (11 de fevereiro de 2010). "Aqui no Rio até Lula é vaiado", diz Paes. *Valor Econômico*. São Paulo.